

Uso prejudicial de drogas na adolescência: escola e família no desafio da prevenção

Harmful use of drugs in adolescence: school and family in the challenge of prevention

Carlos Alberto de Lima¹, Larissa Primo Pereira Lasneau²

Como citar esse artigo. LIMA, C. A.; LASNEAU, L. P. P. Uso prejudicial de drogas na adolescência: escola e família no desafio da prevenção. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 13, n. 3, p. 112-118, set./dez. 2022.



Resumo

O consumo abusivo de drogas na adolescência tem sido uma questão complexa para a sociedade, sendo a escola um local estratégico para a prevenção. No entanto, ainda há muitas incertezas sobre o que pode ser feito em relação às ações preventivas aplicadas pelos educadores. Sabe-se que a adolescência é um período de muitas transformações decorrentes da transição entre a infância e a vida adulta. Dito isso, o presente estudo se propõe a analisar, através de uma revisão de literatura, a importância do papel da escola como dispositivo de prevenção ao uso abusivo de drogas entre adolescentes, trazendo reflexões sobre possibilidades de ações mais efetivas. Foi realizada uma revisão de literatura de artigos disponíveis nas plataformas Pepsic e Scielo, além de considerarmos os dados atuais do IBGE e do CEBRID. As pesquisas apontaram 60 artigos, dentre os quais foram selecionados 20 para leituras e fichamentos cujas temáticas foram agrupadas em quatro tópicos: prevenção, escola, família e dependência química, onde observamos os números alarmantes, que indicam o crescente uso de drogas entre jovens, fazendo com que políticas públicas de prevenção sejam cada vez mais urgentes e necessárias de forma permanente nas escolas e na orientação às famílias.

Palavras-chave: Prevenção, Escola, Família, Dependência química.

Abstract

Abusive drug use in adolescence has been a complex issue for society, and the school is a strategic place for prevention. However, there are still many uncertainties about what can be done in relation to preventive actions applied by educators. It is known that adolescence is a period of many changes resulting from the transition between childhood and adulthood. That said, the present study proposes to analyze, through a literature review, the importance of the school's role as a device to prevent drug abuse among adolescents, bringing reflections on possibilities for more effective actions. A literature review of articles available on the Pepsic and Scielo platforms was carried out, in addition to considering current data from IBGE and CEBRID. The research pointed to 60 articles, among which 20 were selected for reading and records whose themes were grouped into four topics: prevention, school, family and chemical dependence, where we observed the alarming numbers, which indicate the increasing use of drugs among young people, making so that public prevention policies are increasingly urgent and permanently necessary in schools and in the orientation of families.

Keywords: Prevention, School, Family, Chemical dependency.

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Introdução

O uso de drogas é um drama bastante antigo na história, hoje constituindo um grave problema de saúde pública, com sérias consequências para toda a sociedade e em especial aos mais jovens. Dentre os fatores que fazem com que os adolescentes se envolvam com drogas de maneira abusiva estão, além do afastamento do convívio familiar, suas emoções e sentimentos, como a depressão, culpa, ansiedade, baixa autoestima e a necessidade de ser aceito em um grupo.

Dessa forma, é fundamental que dentro de um projeto de prevenção, se estabeleça um vínculo de confiança entre os atores sociais envolvidos: o próprio adolescente, os educadores e a família.

Afiliação dos autores

¹Discente do curso de Psicologia, Universidade de Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil

²Docente do curso de Psicologia, Universidade de Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil

* Email de correspondência: carlosalberto_delima@outlook.com

Recebido em: 23/02/22. Aceito em: 03/05/2022.

A partir disso, inúmeros desafios são enfrentados pelos educadores nas tentativas de prevenção ao uso de drogas. O primeiro deles refere-se à forma como a sociedade associa as drogas à violência, devido ao fato de essas estarem vinculadas ao tráfico no Brasil. De acordo com Fonseca (2006) a atuação dos educadores é fundamental nesta educação preventiva, levando os alunos a construir um pensamento crítico sobre o uso de drogas.

Diante do cenário vivenciado, muitos pais desviam-se do diálogo sobre drogas com seus filhos, seja por falta de tempo, de conhecimento sobre o assunto, ou até mesmo por questões culturais e religiosas que abordam o tema de forma preconceituosa. Em contrapartida, a escola encontra-se como um espaço legítimo para a construção de um espaço para reflexões, buscando trazer o acesso às informações que reduzem a vulnerabilidade ao uso abusivo de drogas. Levando em conta que esse mesmo uso é uma questão complexa e multifatorial.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente,

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990, p.11)

Assim, o consumo de drogas deve ser visto como um problema de saúde pública, sendo extremamente importante a identificação precoce, o encaminhamento adequado e, principalmente, a multiplicação de ações preventivas.

Do ponto de vista epidemiológico, os dados sobre o consumo de drogas são preocupantes. O II levantamento domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil indicava que, em 2005, 12,3% das pessoas com idade entre 12 e 65 anos eram dependentes de álcool e que o início do consumo era cada vez mais precoce (CEBRID, 2006; BASTOS, 2017). É inegável que a questão da droga não está separada da crise da saúde, no seu aspecto epistemológico, teórico e metodológico. Os fenômenos estão aí e a preocupação deve partir de uma visão preferencialmente construtivista, percorrendo caminhos que contribuam para programar políticas públicas na questão da drogadição (PEDROSO, 2021).

Nesse sentido, de acordo com Ayres (2020), ampliou-se o espaço político dos atores sociais anteriormente estigmatizados e renovaram-se as práticas de saúde, considerando os direitos humanos das populações e toda a complexibilidade dos processos saúde-doença-cuidado das populações.

Portanto, este estudo trata-se de uma revisão de literatura, realizada por meio de levantamento bibliográfico e justifica-se pelos números alarmantes que indicam o crescente uso de drogas entre jovens, fazendo com que políticas públicas de prevenção sejam cada vez mais urgentes e necessárias de forma permanente nas escolas entre essa população.

Neste estudo a questão norteadora da revisão foi apontar a importância do papel da escola como dispositivo de prevenção ao uso abusivo de drogas entre adolescentes, trazendo reflexões sobre possibilidades de ações mais efetivas.

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se buscas em bases de dados científicos como Pepsic e Scielo, além de considerarmos os dados atuais do IBGE e do CEBRID. As pesquisas apontaram 60 artigos, dentre os quais foram selecionados 20 para leituras e fichamentos cujas temáticas foram agrupadas em quatro tópicos: prevenção, escola, família e dependência química. Aspectos sobre a prevenção ao uso de drogas ainda necessitam encontrar maiores espaços e novas metodologias de abordagem nas escolas e no meio familiar. Por esta razão, a referida revisão de literatura priorizou o material existente em torno desta temática, tomando ainda como referência os dados recentes sobre a questão.

O contexto do uso prejudicial de drogas em adolescentes no Brasil

No Brasil, o início da regulamentação de uso, porte e comércio de substâncias entorpecentes surgiu

quando o Brasil ainda era colônia. No entanto, foi em 1915 que o Brasil estabeleceu controle sobre a venda de drogas como ópio, morfina, heroína e cocaína, permitindo seu uso apenas para fins medicinais (KARAM, 1997).

Com a expansão do ideário proibicionista, iniciado nos EUA, no ano de 1919, as autoridades brasileiras entendem que é chegado o momento de se revisar a regulamentação das drogas. Assim, pela primeira vez no Brasil, foi decretado que aquele que vendesse, expusesse à venda ou ministrasse tais substâncias, sem autorização, e sem as formalidades prescritas, estaria sujeito à penalização. No entanto, o proibicionismo e a política de guerra se mostraram um fracasso como política de controle às drogas. Pois essa “guerra” passa a ser utilizada como instrumento legitimador para a perseguição aos pobres, marginalizados (KARAM, 1997).

De acordo com Tomaz (2020), os chamados “mais pobres” referem-se àqueles que se encontram à margem da sociedade, e a guerra às drogas vem na lógica da penalização da pobreza. Como apontam os estudos de Dalbosco (2011) e Cardoso e Rosa (2014) tal associação possui efeito paralisante para ações de prevenção no ambiente escolar, que evita abordar o tema.

Os comportamentos arriscados do adolescente, que implicam em uma vulnerabilidade elevada aos efeitos das substâncias psicoativas, vêm sendo explicados através do desenvolvimento ainda em curso do lobo córtex pré-frontal.

Esta imaturidade cerebral somada aos dados sobre o consumo de substâncias psicoativas por adolescentes aponta que a prevenção do uso de drogas nessa fase ainda é um tema que necessita ser debatido. (CERUTTI & RAMOS & ARGIMON, 2015).

Sendo assim, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (IBGE, 2016), realizada com estudantes do 9º ano do ensino fundamental em escolas públicas e privadas de todo país, a maioria entre 13 e 15 anos, evidenciaram-se dados sobre os hábitos dos adolescentes brasileiros no ano de 2015. Os resultados mostram que o percentual de adolescentes que já experimentou bebidas alcoólicas subiu de 50,3% em 2012, para 55,5% em 2015; já a taxa que retrata os adolescentes que usaram drogas ilícitas aumentou de 7,3% para 9% no mesmo período. Na maioria das vezes e/ou em quase seu total, estes números apresentados correspondem a crianças que cresceram sem um diálogo franco e aberto dentro de casa com seus pais, dificultando assim o relacionamento entre eles, quando estes atingem a adolescência (IBGE, 2016).

De acordo com a classificação de uso Cebrid-Unifesp/EPM, existem vários tipos de uso de drogas: uso na vida, uso no ano, uso recente ou no mês, uso frequente, uso de risco, uso abusivo ou prejudicial, não usuário, usuário leve, usuário moderado, usuário pesado (CEBRID, 2006).

Sendo assim, estudos apontam que o uso de drogas na juventude pode trazer prejuízos como a diminuição da interação social, a falta de concentração e a queda de rendimento escolar, dificuldade no aprendizado e evasão escolar (CEBRID, 2006; CRUZ, 2013).

Quando se faz uso de alucinógenos, a realidade é transformada, causando uma mudança nos pensamentos, emoções, prejudicando o raciocínio compatível que o sujeito tem ao seu redor, desta forma reduz o senso crítico (MOREIRA E MEDEIROS 2007). O conceito de intervenção preventiva foi desenvolvido como resultado dos avanços no conhecimento científico relativo aos danos causados pelo uso prejudicial de entorpecentes. Com isso, um projeto de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas pode então ser definido como um conjunto de ações preventivas, elaboradas com base em objetivos definidos e implementadas em um determinado tempo e contexto (SCHNEIDER E FLACH, 2014).

O uso social e os riscos do uso abusivo: a importância da prevenção

É necessário trazer à luz, orientação sobre os efeitos e consequências que as drogas podem acarretar, sem desqualificar o prazer que elas oferecem no momento de uso. A adolescência é marcada por várias

transformações, principalmente aquelas de caráter hormonal. Especialistas costumam dizer que nessa fase ocorrem mudanças de ordem emocional que são de extrema importância para o indivíduo onde ele questiona os valores dos pais e dos adultos em geral. Neste momento ele está em processo de construção de sua identidade e isso implica em definir quem ele é e quais os valores a serem seguidos (ERIKSON, 1972).

Trata-se de um período da existência em que o sujeito começa a interagir com o mundo externo, e é nesta fase também que a família já não é mais o seu principal meio de interação. O adolescente inicia um contato ampliado com o mundo, desejando constantemente a companhia dos amigos que compõe seu grupo, tornando-se vulnerável, expondo-se a muitos riscos para que sejam aceitos e respeitados pelos seus pares (SILVA et al., 2021).

No processo de identificação dos adolescentes com seus pares, alguns hábitos passam a ser compartilhados, proporcionando uma sensação de segurança e estima pessoal. É nessa fase que o grupo passa a exercer sua grande função modeladora, diante da transformação para a identidade adulta, que ocorre favorecendo o aparecimento de sentimentos de fragilidade, aumentando a sugestibilidade, período altamente vulnerável e suscetível às influências ambientais, construtivas e destrutivas, dessa forma, o que o grupo determina é aceito sem muita reflexão (DICLEMTE et al., 1996).

A partir desses conflitos e instabilidades, ocorrem várias mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais, e o consumo de drogas surge como uma válvula de escape diante de um momento tão difícil, trazendo uma experiência lúdica de prazer e sensação de bem-estar. São comuns as drogas surgirem em rodas de amigos, mas conforme destaca Silva et al. (2021), também podem originar-se da família e até mesmo da mídia, porque embora socialmente aceitas, álcool e cigarro também são drogas e é a partir do consumo dessas drogas muito comuns no nosso dia a dia, que o jovem pode chegar ao consumo de outras.

Os riscos envolvidos no uso abusivo devem ser destacados quando pensamos em uma proposta de prevenção. Esses riscos relacionam-se especialmente com o uso do álcool, a droga mais utilizada nessa faixa etária, pelo fácil acesso à mesma. O álcool pode causar intoxicações graves, quadro de hepatite e crises convulsivas, além de ser a porta de entrada para outras drogas ilícitas que podem causar uma dependência imediata ao adolescente. (MARQUES; CRUZ, 2000; RODRIGUES WILLHELM, 2018).

Tomando por base a proposta de ação preventiva, destacamos como finalidade, atuar sobre fatores que predisõem o seu uso abusivo, criando uma dinâmica social de forma ativa. A prevenção ao uso de drogas busca grupos específicos: crianças, adolescentes, comunidades, escolas. Neste sentido, é importante configurar espaços onde os jovens possam compartilhar experiências significativas em grupo (ARATANGY, 1998; VASCONCELOS, 2021).

A prevenção fica reservada a medidas adotadas antes do surgimento ou agravamento da situação, visando afastar ou diminuir a probabilidade de ocorrência de danos nos indivíduos ou na coletividade. Os projetos de educação preventiva continuarão a apresentar dificuldades de implementação no âmbito escolar se não tiver uma direção de que toda conversa necessita de planejamento para ser abordada, com falas que alcancem os adolescentes, sem nenhum tipo de proibição ou repressão. Devem acontecer em um espaço em que os adolescentes se sintam confortáveis para o debate. A forma com que o diálogo com os pais e demais familiares foi construído ao longo do desenvolvimento do adolescente também terá reflexo na abertura para tais discussões (FONSECA, 2006).

Araújo (2021) destacam a relevância da escola como local privilegiado para trabalhar com a prevenção às drogas pela possibilidade de acesso aos jovens e por seu lugar socialmente legitimado como instituição formadora de crianças e adolescentes.

De acordo com (JODELET, 2001).

“Para ampliar a compreensão sobre prevenção no ambiente escolar, é necessário conhecermos as ideias, valores, sentimentos e a visão de mundo que os educadores possuem em relação às drogas, a seus usuários e ao papel da família e da escola”. Para tanto, contamos com as contribuições da teoria das Representações Sociais (RS), definida

como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

No espaço escolar e familiar, destaca-se como sendo fundamental a utilização de palavras que façam sentido para os jovens, uma linguagem adequada a esse público, como por exemplo, a utilização da Política de Redução de Danos (PLACCO, 2011).

Tal política tem como principal proposta amenizar os prejuízos causados pelo uso abusivo de drogas, promover uma ação educativa sobre o prazer que as drogas trazem assim como suas possíveis consequências, de forma ilustrativa e pedagógica, trazendo dados correspondentes à realidade (CRUZ, 2013). Dessa forma, a escola tem sido considerada um espaço privilegiado para essas ações, baseadas em uma proposta de discussões francas e abertas, com linguagem que alcance esta faixa etária, sem o uso de muitos termos técnicos e formais, sem julgamentos e/ou cobranças (FONSECA, 2006).

A participação da escola enquanto política pública de prevenção deve propor a capacitação continuada de educadores e a inclusão de conteúdos referentes ao uso indevido de drogas, no ensino básico e superior.

Embora se deva evitar a “pedagogia do terror” ou a “pedagogia pelo susto” bem como os procedimentos de amedrontamento e intimidação, pautados na exacerbação das advertências sobre perigos advindos do consumo de drogas (CRUZ, 2013), o que se observa hoje nas escolas são intervenções pontuais, num formato repressor, com palestras envolvendo policiais (PROERD).

Além disso, os adolescentes acabam sendo influenciados por uma ideologia e/ou doutrina que advoga a proibição, que acaba por rotular pobres e negros que se envolvem com drogas, colocando-os como futuros traficantes perigosos, enquanto os adolescentes de uma classe mais alta são tratados como usuários e que precisam de tratamento (FUZIWARA, 2013).

Dentro de um ponto de vista de prevenção, acredita-se que o melhor caminho para um trabalho bem-sucedido seja o de abordar o tema sem maquiá-lo. As atividades preventivas referentes às drogas, com credibilidade junto à comunidade-alvo, favorecem vínculos positivos, oportunizam espaços para reflexão, trocas de experiências e estimulam o exercício da cidadania e solidariedade, criando assim um espaço de confiança entre todos os envolvidos (SANCHEZ et al., 2010).

Considerações finais

A presente revisão de literatura, coloca em ênfase a relevância do tema exposto e com base nos números alarmantes aqui apresentados, destacamos a importância de Políticas Públicas baseadas em um projeto de prevenção de drogas que aborde o tema com clareza, trazendo informações ao público alvo que são os adolescentes, seus familiares e a comunidade escolar.

Vale salientar que a escola é um espaço de construção de conhecimentos e de vivências, onde os estudantes se desenvolvem e alcançam habilidades intelectuais, subjetivas e ganham experiências de vida. Portanto, a escola não deve ser considerada apenas um lugar de construção de conhecimentos, pois considera-se também como um espaço de elaboração de boas condutas tendo como a principal função a orientação. Dentro deste cenário de construções, desconstruções e conhecimentos são necessários os debates sobre prevenção de drogas, sem repressão e/ou proibição, informando sobre os seus atrativos, mas destacando suas consequências, que neste caso, relacionam-se com a dor e os efeitos negativos que ocorrem na vida de um dependente químico, dos seus familiares e da comunidade em que ele está inserido. Tais problemas tornam-se muito maiores do que o prazer momentâneo que as drogas oferecem. Trazer a família para dentro deste espaço é de extrema importância para um projeto contínuo em busca de um resultado que faça de nossos adolescentes formadores de opinião, assim os transformando-os em agentes multiplicadores deste tema.

Reforçamos que a escola, a direção, os professores, os profissionais da saúde e os familiares necessitam manter uma relação de troca contínua com os alunos para que esses possam se desenvolver e construir conhecimento através das ações educativas que lhes vão oportunizar a tomada de decisões conscientes sobre uso de drogas no presente e no futuro.

Por fim, é necessário criar estratégias de intervenção nas escolas e promover capacitações aos educadores com intuito de promover um espaço de troca de conhecimentos e de construção de intervenções sobre a temática em foco, possibilitando, debates no contexto social, econômico e subjetivo de cada estudante, contribuindo desta maneira para a promoção de saúde, redução de danos e debatendo sobre a prevenção de álcool e drogas.

Referências

ARATANGY, L. R. O Desafio da Prevenção. *In*: AQUINO, J G. (Org.). **Drogas na Escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Somos 1998.

ARAUJO, J. . T. T. de., RIBEIRO, G. Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas: Uma Análise Focalizada no Papel da Escola e de seus Atores. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, v. 2, n. 5, 1-24. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/9549> Acesso em: 13 Abr. 2022.

AYRES, J. R. Vulnerabilidade, direitos humanos e cuidado: aportes conceituais. **Pesquisas e Práticas Psicossociais [online]** ISSN 1809-8908, v. 15 n. 1 São João del-Rei jan/mar. 2020. Disponível em: [_http://pepsic.bvsalude.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalude.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 Abr. 2022

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 23 Set. 2021.

CARDOSO, L. R. D.; MALBERGIER, A.. Problemas escolares e o consumo de álcool e outras drogas entre adolescentes. São Paulo. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. v. 18, n. 1, p. 27-34, jun 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8557201400010003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 Abr. 2022. DOI: 10.1590/S1413-85572014000100003.

CERUTTI, Fernanda; RAMOS, Sérgio de Paula; ARGIMON, Irani Iracema de Lima. A implicação das atitudes parentais no uso de drogas na adolescência. **Acta colombiana de psicología**, v. 18, n. 2, p. 173-181, 2015. Disponível em: [_https://doi.org/10.14718/ACP.2015.18.2.15](https://doi.org/10.14718/ACP.2015.18.2.15). Acesso em: 13 Abr. 2022.

CEBRID - CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país. 2005. Supervisão de E. A. Carlini et al. São Paulo: Cebriid/Unifesp, 2006.

CRUZ, M. J. B. Uso de drogas entre os jovens e adolescentes - da curiosidade à dependência. 2013. **Monografia** (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) - Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Universidade Federal de Minas Gerais. Diamantina, 2013. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/Uso_de_drogas_entre_os_jovens_e_adolescentes_da_curiosidade_a_dependencia/461. Acesso em: 13 Abr. 2022.

DALBOSCO, C. Representações sociais de educadores de escolas públicas sobre situações-problema relacionadas ao uso de álcool e outras drogas. 2012. 212p. **Tese** (Doutorado)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: [_http://repositorio.unb.br/handle/10482/10352](http://repositorio.unb.br/handle/10482/10352). Acesso em:12 Abr.2022.

DICLEMENTE, R. J., HANSEN, W. B.; PONTON, L. E. (Eds.). **Handbook of adolescent health risk behavior**. [Springer, Boston, MA] Plenum Press, 1996.

ERIKSON, E.H. Identidade, juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar. 1972.

FONSECA, M. S. da. Como prevenir o abuso de drogas nas escolas?. **Psicologia Escolar e Educacional [online]**. 2006, v. 10, n. 2, p. 339-341. Disponível em: [_http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572006000200018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572006000200018&lng=pt&nrm=iso) ISSN1413-8557. Acesso em 23 Set. 2021.

FUZIWARA, A. S. Lutas Sociais e Direitos Humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação. **Serviço Social & Sociedade [online]**. 2013, n. 115. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-66282013000300007>. Acesso em: 23 Set. 2022.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Ed). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ. 2001. p. 17-44

KARAM, M.L. o processo legislativo. In: RIBEIRO. M.M; SEIBEL, Sergio Dario (org.). **Drogas: hegemonia do cinismo**. São Paulo memorial, 1997.

MARQUES, A. C. P. R.; CRUZ, M. S. O adolescente e o uso de drogas. **Rev Bras Psiquiatr**, v. 22 (Supl II), p. 32-36 2000.

MOREIRA, M B.; MEDEIROS, C. A. de. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. **Quaderns de Psicologia**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 85-93, 2014. Disponível em: <http://doi.org/10.5565/rev/psicologia.1174>. Acesso em: 12. Abr. 2022.

PLACCO, V. M. N. de S. Modelos de prevenção do uso de drogas para adolescentes: concepções e ações de professores. In: SILVA, Eroy Aparecida da; MICHELI, Denise De (Orgs.) **Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. São Paulo: FAP-Unifesp, 2011.

PEDROSO, R.T. **Políticas Públicas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas: O desafio das evidências**. Belo Horizonte: Editora dialética, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: Coordenação de População e Indicadores Sociais**. – Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

RODRIGUES WILLHELM, A. et al. Altos níveis de impulsividade e consumo de álcool na adolescência. **Revista Latino americana de Psicologia**. Bogotá, v. 50, 8, abr 2018. Disponível em: www.scielo.org/co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-05342018000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 Abr. 2022.

SANCHEZ, Z. van der M. et al.. O papel da informação como medida preventiva ao uso de drogas entre jovens em situação de risco. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2010, v. 15, n. 3. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020258.28632018> Acesso em: 23 Set. 2021.

SILVA, M. I. F.; OLIVEIRA, L. V. B.; PACHÚ, C. O. O uso de drogas entre adolescentes: uma revisão integrativa. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 5, p. e22110514778, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i5.14778. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14778>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SCHNEIDER, D. R.; FLACH, P. M. von. **Caderno de orientações para o projeto de intervenção: curso prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. 1.ed.- Brasília, DF: SENAD - MJ/NUTE - UFSC, 2014. Disponível em: <http://conselheiros6.nute.ufsc.br/>. Acesso em: 22. Jun. 2014._

TOMAZ, Marcilea. Política de Drogas e de Saúde Mental: avanço proibicionista e desafios atuais. **Serviço Social em Debate**, v. 3, n. 2, 2020, p. 96-108. Disponível em: <https://orcid.org/00000-0003-2388-6409>. Acesso em: 12. Abr. 2022_

VASCONCELOS, M. R. A. et al. Educação entre pares: protagonismo juvenil na abordagem preventiva de álcool e outras drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 26, n. 07, p. 15-23. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2021.v26n7/2759-2768/pt/#>. Acesso em: 15 Abr. 2022.